

ISSN: 2178-602X

Artigo Seção Livre  
Volume 17, Número 1, jan - abr de 2023

Submetido em: 23/05/2022  
Aprovado em: 24/10/2022

## *Jornalismo e mulheres na História: entre o silenciamento e o resgate da memória das cangaceiras<sup>12</sup>*

*Journalism and woman in History: the memory of woman in the brazilian phenomena of 'Cangaço'*

*Periodismo, feminismo y mujeres en la Historia: las memorias de mujeres en el fenomeno brasileño del 'Cangaço'*

Lais de Mello Rocio<sup>3</sup>  
Rafael Paes Henriques<sup>4</sup>

### **Resumo**

Este artigo investiga a atuação do jornalismo diante do silenciamento de mulheres na História, analisando reportagens que resgatam a experiência feminina em relatos históricos. Propomos uma revisão teórica do jornalismo na construção de significados e memória, articulando com conceitos feministas sobre a questão das representações femininas. Por fim, realizamos uma análise de enquadramento noticioso do primeiro capítulo do livro-reportagem “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço” (NEGREIROS, 2018) e suas formas de resgate da memória de mulheres no Cangaço, fenômeno ocorrido no sertão do Nordeste brasileiro a partir de 1920. Os resultados demonstram que a dominação masculina e a objetificação feminina são os temas mais abordados no livro, gerando parâmetros de contextualização jornalística com perspectiva feminista.

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada Grupo de Trabalho Memória nas Mídias, do 31º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - MA.

<sup>2</sup> Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo (Fapes).

<sup>3</sup> Graduada em Jornalismo e mestra em Comunicação e Territorialidades pela UFES. E-mail: laismrocio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8729-4165>

<sup>4</sup> Doutor em Filosofia pela UFRJ e Pós-doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e do Departamento de Comunicação Social da UFES. E-mail: rafael.henriques@ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1812-5886>



**Palavras-chave:** Jornalismo; Feminismo; Mulheres na História; Cangaço; Maria Bonita.

### **Abstract**

This paper investigates the role of journalism against silencing of women in History, and the news reports dedicated to the inclusion of women's experiences in History. We propose a theoretical review of journalism in constructing social meanings for the reality and woman's role in society. Through articulations with feminist theories, we discuss the ways of silencing of women's experience in History, such as ways to put visibility into this female experiences. Thus, we will analyze the book-report "Maria Bonita: Sex, Violence and Women in the Cangaço", by Adriana Negreiros (2018), investigating it's ways to portray experiences of women who integrated the Brazilian phenomena known as Cangaço, known by its rural banditry at Brazilian's North West in 1920s.

**Keywords:** Journalism; Feminism; Woman in history; Cangaço; Maria Bonita.

### **Resumen**

Este artículo investiga el papel del periodismo frente al silenciamiento de las mujeres en la Historia, y los reportajes dedicados a la inclusión y reparación de las experiencias de las mujeres en los fenómenos históricos. Realizamos una revisión teórica del periodismo y su papel en la construcción de significados atribuidos a las mujeres. A través de articulaciones con la Teoría Feminista, identificamos las formas de silenciar la memoria de las mujeres, y también formas de poner visibilidad a experiencia femenina. Por fin, analizamos el libro dereportaje "María Bonita: sexo, violencia y mujeres en el cangaço", de Adriana Negreiros (2018), investigando la representación de las mujeres que integraron el fenómeno del bandolerismo rural en el interior del Nordeste, em Brasil en la década de 1920, conocido como 'Cangaço'.

**Palabras clave:** Periodismo; Feminismo; Mujeres en la historia; Cangaço; Maria Bonita.

---

### **Introdução**

As representações sociais, definidas por determinações culturais de gênero, raça e classe, atravessam os relatos da História e do jornalismo, em diferentes épocas e contextos, a partir de suas produções de sentido e narrativas sobre o mundo. Assim, o olhar dos relatos históricos e jornalísticos sobre o passado resgatam "os rastros e restos



dos homens que produziram significações no passado, transformados em vestígios significantes” (BARBOSA, 2019, p. 7). Com isso, reconhecemos a atuação fundamental da História e memória social ao determinar, por exemplo, papéis sociais femininos ligados à subjetividade, à incapacidade de exercer a razão, à fragilidade e submissão aos homens (WILSHIRE, 1997; BEAUVOIR, 1970).

E nas memórias de guerras e conflitos históricos, que são o foco deste estudo, a participação de mulheres é enquadrada num lugar de fragilidade e desvio à valentia masculina da guerra, tida como território dos homens em sua dominação da vida pública e dos grandes feitos da História. Por outro lado, esses papéis femininos são tensionados quando a participação de mulheres na esfera pública se desloca de seus papéis domésticos, gerando estereótipos de mulheres “guerreiras” e destemidas, que ocultam abusos e violências masculinas ainda presentes na vida delas — tal como verificamos no caso das mulheres cangaceiras, a partir do livro-reportagem de Adriana Negreiros (2018), que será analisado neste artigo.

Dessa maneira, a memória social em torno dos homens se constrói, mais comumente, ligada aos papéis de tomadas de decisões, às posições de poder estratégico, intelectual ou operacional decisivas nas transformações políticas da História. A esses papéis, somam-se as hierarquias sociais ligadas à raça, etnia e condições socioeconômicas, que formam o repertório cultural das pessoas, a memória coletiva e seus significados sobre o mundo. Concebemos, assim, a atuação do jornalismo e das representações midiáticas como parte fundamental dessa construção das narrativas da História. Para além do caráter inerente ao jornalismo diário de construção da História e memória do presente, iremos focar especificamente nos livros-reportagem contemporâneos dedicados à reconstrução de eventos do passado, aplicando lentes do presente para reinterpretar os acontecimentos — e aqui, especialmente, a lente da teoria feminista.

Nesse sentido, partimos da articulação de premissas do jornalismo e da História em suas formas de reconstruir a realidade, produzindo conhecimento social, memória e contextualização dos fenômenos (HALL, 2016; ARENDT, 2001; LÜCKMAN, 2020, QUEIRÓS, 2020; GINZBURG e PONI, 1991). A partir daí, olhamos para a problemática



das representações de mulheres nos relatos da História e demais formas de conhecimento, como o jornalismo, diante da tradição masculinista do conhecimento tradicional, que situa mulheres reclusas aos papéis domésticos, emocionais, subjetivos — e, portanto, não legítimos de conhecimentos históricos da esfera pública (BEAUVOIR, 1970; WILSHIRE, 1997; MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019). Nessa direção, discutimos como esses papéis sociais femininos se intensificam e enfrentam desafios particulares em diferentes identidades sociais, no caso das mulheres negras (HOOKS, 2019) e do contexto de racismo e colonialismo no Brasil (GONZALEZ, 2020; DUARTE, 2019; CARNEIRO, 2003). E, a partir daí, analisamos possibilidades e formas de ressignificação, reparações e revisões históricas, que joguem luz sobre essas lacunas. A partir de postulados da teoria feminista e suas aplicações no jornalismo, analisamos maneiras de fornecer relatos de suas vidas e vivências atravessadas pela desigualdade de gênero e pela dominação masculina — fornecendo releituras dessas realidades como partes legítimas do registro histórico da humanidade.

Visando discutir essa questão empiricamente, direcionamos essa revisão teórica para uma análise, a partir de leitura flutuante, do primeiro capítulo do livro-reportagem “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço”, de Adriana Negreiros (2018). O livro, lançado em 2018, pela jornalista brasileira Adriana Negreiros, assume um papel de revisão histórica da experiência feminina no Cangaço<sup>5</sup>. Fenômeno de banditismo rural do sertão do nordeste do Brasil, desencadeado a partir da década de 1920, o Cangaço se popularizou no imaginário social brasileiro pela valentia de Lampião, líder do bando conhecido como ‘Rei do Cangaço’, e Maria Bonita, sua esposa e conhecida como ‘A Rainha do Cangaço’.

A presença de Maria e demais mulheres no Cangaço gerou um exemplo fundamental para a análise da representação de mulheres em fenômenos históricos. Ao mesmo tempo em que elas foram inferiorizadas na hierarquia social entre homens e mulheres, tendo sofrido diversos abusos e opressões dos seus maridos cangaceiros, também foram masculinizadas e mitificadas como mulheres “guerreiras” nos registros

---

<sup>5</sup> Optamos por grafar a palavra em maiúscula, considerando-a como o nome próprio de um movimento.



históricos, gerando uma falsa ideia de direitos iguais entre homens e mulheres nesse contexto (NEGREIROS, 2018). Assim, por meio da Análise de Enquadramento (ENTMAN, 1993), iremos investigar a construção de memória social, as representações jornalísticas e históricas sobre as mulheres no Cangaço, identificando estratégias jornalísticas de revisão histórica, de resignificação e visibilização da experiência de mulheres apresentadas no livro de Negreiros (2018). Sendo assim, torna-se finalidade deste estudo identificar e definir diferentes formas de representação das identidades e vivências femininas que rompam com esses apagamentos e distorções históricas, visando promover representações plurais pautadas na busca por igualdade de gêneros.

### **Jornalismo, significação da realidade, contextualização e construção de memória social**

A concepção do jornalismo como forma de conhecimento social, intimamente ligado à construção de História e memória, nos leva a abordar a atuação jornalística conforme estudada na tradição dos Estudos Culturais Britânicos. Com as proposições estabelecidas por propulsores dessa tradição, como Stuart Hall, o papel central da cultura e da linguagem para a formação de significados sociais e valores individuais atribuí à representação uma importância primordial, que passa a ser “concebida como parte constitutiva das coisas”, tornando-se “tão fundamental quanto a base econômica e material para a configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos – e não uma mera reflexão sobre a realidade depois do acontecimento” (HALL, 2016, p. 25-26). Com isso, a representação se faz “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 32).

Esses ingredientes simbólicos da realidade, que dão sentido às ações e mobilizações sociais, são essencialmente os elementos que as distinguem, determinando o sentido e a direção das transformações culturais e políticas no curso da História. Como postulou a filósofa Hannah Arendt (2001), a ação faz parte da condição humana justamente por seu caráter inerente de pluralidade. Sem a pluralidade, as ações humanas seriam reproduções repetitivas e previsíveis: “A



pluralidade é a condição da acção humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exactamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDDT, 2001, p. 20). Com isso, o caráter singular e transformador da ação humana atribui a ela sua dimensão política que constitui a construção da História, dotada de sentidos e significados específicos em cada contexto: “A acção, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história” (ARENDDT, 2001, p. 21). Dessa forma, a reflexão sobre a representação e a memória social de mulheres na História se mostra diretamente ligada a essas formas de ação. Torna-se importante identificar e discutir os significados políticos gerados pela atuação feminina historicamente, bem como pelas narrativas históricas e jornalísticas que distorcem e ocultam essas ações, alterando assim o curso de suas transformações políticas e sociais.

Portanto, essa noção nos leva à concepção do jornalismo como conhecimento que complementa aspectos objetivos e subjetivos da realidade, contrapondo a tradicional ideia de objetividade jornalística que busca estabelecer a reprodução neutra de fatos que estariam ‘prontos’ na realidade, para serem espelhados nos relatos jornalísticos. Nessa reflexão, a objetividade jornalística passa a ser entendida, mais integralmente, enquanto processo de interpretação da realidade, ao lidar com o desafio constante de conexão e esclarecimento dos fatos.

Com isso, partimos da premissa de que essa objetividade jornalística tradicional é ancorada na perspectiva do homem branco, heterossexual e ocidental, ligado ao modelo de neutralidade e verdade universal estabelecido na ciência positivista — conforme apontam Moraes e Veiga da Silva (2019, p. 18) ao identificarem nesse processo uma “reprodução irrefletida dos valores hegemônicos”. Ao retirar das disciplinas “racionais” de conhecimento os aspectos subjetivos e abstratos, que também compõem o todo da realidade, essas noções levam ao apagamento inclusive das experiências de mulheres por estarem supostamente “contaminadas” dessa dimensão emocional e subjetiva. Dessa maneira, as autoras trazem a proposta de um “jornalismo de subjetividade” que reivindica principalmente a demarcação e transparência de posições sociais, de gênero e de raça de quem produz e de quem é retratado nos relatos jornalísticos (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019).



Neste artigo, defendemos a ideia de que tais propostas podem se materializar em estratégias que modifiquem enquadramentos jornalísticos à medida que camadas excluídas sejam revistas como “pautas” relevantes em suas mais diversas experiências, alcançando quadros além dos estereótipos dominantes atribuídos a elas. E, ainda, isso pode levar a práticas de construção textual que esclareçam as disputas, contradições e desigualdes de raça, classe e gênero que estão por trás de uma situação retratada no jornalismo, transparecendo até mesmo a posição social em que o/a jornalista se situa. Percebemos, então, que essas práticas podem se concretizar em operações objetivas, já que essas questões sociais e subjetivas também são materializadas em dados concretos – tais como o contexto da cultura de violências contra mulheres, seus traumas e questões psicológicas decorrentes disso (ROCIO; HENRIQUES, 2021).

Para a construção de um conhecimento jornalístico mais plural, incluindo experiências antes excluídas da objetividade tradicional como as femininas, acreditamos que é fundamental considerar a contextualização. Resgatamos esse conceito com base na Teoria da Complexidade, estruturada pelo sociólogo francês Edgar Morin, a partir dos anos 1970. A aplicação dessa perspectiva no jornalismo torna-se possível a partir dos estudos produzidos pela pesquisadora brasileira Ana Paula Lückman (2020), que considera o pensamento complexo de Morin como fundamental na função jornalística de esclarecimento da realidade.

Na perspectiva complexa, o conhecimento só é pertinente quando colocado em contexto, pois um conhecimento especializado, compartimentado e abstrato fecha-se ao diálogo e à comunicação com o meio, perdendo assim sua relevância. Conhecimento, cultura e sociedade são indissociáveis para o pensamento complexo (LÜCKMAN, 2020, p. 28).

Por exemplo, a contextualização demonstra ser um forte elemento da narrativa da experiência de Maria Bonita, cangaceira retratada no livro-reportagem que será analisado neste estudo (NEGREIROS, 2018). Ao mesmo tempo em que o livro busca construir uma biografia de Maria, também aprofunda diversos contextos relacionados a ela, como a vida de outras mulheres no Cangaço, os costumes culturais e estereótipos de gênero no sertão nordestino brasileiro da época, fornecendo um importante relato das relações de poder e questões sociais daquele cenário.





Para além da significação social e da contextualização, outro papel fundamental abordado neste estudo é a construção de memória social pelo jornalismo. Nesse sentido, ultrapassando aproximações evidentes, que situam o jornalismo como produtor de registro histórico, um fator fundamental que reúne o jornalismo e a História tradicionalmente estabelecidos é o olhar que privilegia os contextos “macro”, cujos critérios de relevância social e interesse público estão ligados a questões de amplitude nacional ou global. Assim como demonstra Queirós (2020), em sua tese sobre as articulações entre a micro-história e o jornalismo:

Durante boa parte do século XX, a configuração da história a partir do olhar de cima predominou como instância enunciativa do passado. Esse fenômeno também encontrou ressonância no campo jornalístico, ao privilegiar as fontes hegemônicas, ao simplificar a complexidade dos contextos sociais e ao ressaltar a lógica cientificista centrada nas consequências e, em raros momentos, nas causas (QUEIRÓS, 2020, p. 100).

É a partir das transformações de 1968, na virada da chamada pós-modernidade e a crítica às visões ‘macro’ da História moderna, que se instaura a concepção da micro-história desenvolvida por historiadores italianos como Carlo Ginzburg. Nesse sentido, Ginzburg e Poni (1991, p.172) sugerem que a difusão do uso da micro-história, na leitura historiográfica do mundo, está “ligada às dúvidas crescentes sobre determinados processos macro-históricos”. Dessa forma, torna-se importante compreender que essa visão mais detalhada para as relações e procesos humanos se dá justamente por buscar os rastros perdidos e excluídos da macro-história. Portanto, o conceito de micro-história traz questionamentos desse olhar genérico, apontando as lacunas do conhecimento acerca das relações de poder, interações, significações e microrrevoluções, que ocorrem no interior das culturas e comunidades, principalmente das pessoas e grupos subalternizados.

Essa conexão entre ‘micro’ e ‘subalterno’ aparece, conforme delimita Queirós (2020, p.97), à medida que os métodos da micro-história levam a “compreender como os sujeitos subalternos emergem na tessitura do social, nas malhas das reportagens e também como ‘vestígios’ histórico-culturais”. Ou seja, as lentes da micro-história permitem justamente esse olhar para as margens, os rastros — territorialidades quase invisíveis e ocultas onde habitam as experiências de pessoas subalternizadas. Isso





porque tais camadas da sociedade são justamente as mais prejudicadas por esse olhar “macro”, já que suas experiências foram sendo depositadas nas dimensões privadas, pequenas, específicas, e consideradas não representativas da população e da História “geral” e da verdade absoluta. E, com isso, perderam-se de vista experiências fundamentais para a compreensão dos cursos da humanidade, tal como as vivências de mulheres:

Que os inqueritos micro-históricos tenham, em muitos casos, como objecto de análise os temas do privado, do pessoal e do vivido, propostos com tanta veemência pelo movimento feminista, isso não é uma coincidência — visto que as mulheres foram indubitavelmente o grupo que tem pago os custos mais elevados pelo desenvolvimento da história humana (GINZBURG; PONI, 1991, p. 172).

Dessa forma, Ginzburg e Poni (1991, p. 177) demonstram a importância do olhar micro-histórico para “os casos marginais”, que expressam “indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer”. Isso leva a conexões diretas com perspectivas feministas, que acrescentam ao jornalismo um olhar voltado para os detalhes, sutilezas, produções simbólicas e subjetividades, legitimando as experiências de mulheres reclusas ao espaço privado.

Cabe ressaltar que essas vivências femininas são marcadas por violências e abusos físicos que surgem de valores simbólicos e subjetivos — e esses poderiam ser despercebidos pelo olhar “macro” da História oficial e do jornalismo tradicional pautado nesses modelos. Isso demanda, portanto, o olhar da micro-história e do jornalismo sensibilizado para as ideias que engendram a violência de gênero.

### **O silenciamento de mulheres na História e no jornalismo, e os caminhos para a reparação das memórias femininas**

Ao longo da História, a humanidade se sustenta por princípios de alteridade nas distinções entre grupos sociais, conforme demonstra Beauvoir (1970, p.11), definindo que “A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade



que é a do Mesmo e a do Outro”. E no contexto de uma humanidade elaborada aos moldes masculinos, essa lógica leva a situar a mulher como o Outro.

É nessa demarcação que Beauvoir (1970) visualiza os rastros da origem da submissão e inferioridade feminina por toda a História. Ainda que mutáveis, dinâmicas e diversas, tais relações aniquiladoras da experiência feminina estão sempre em manutenção e continuidade, sendo apenas alteradas por aspectos sociais, políticos e culturais, que caracterizam cada fase da história e as particularidades de cada sociedade. Dessa maneira, Wilshire (1997) demonstra que:

A história da civilização e da filosofia ocidentais só varia até o ponto em que cada era dá ênfase a alguns aspectos favorecidos, característicos; quanto ao conhecimento e sua aquisição, todas as eras nessa história têm em comum a *explícita desvalorização da terra e do corpo* – mais especificamente, o corpo da mulher, junto com formas de saber e estar no mundo associadas ao feminino (WILSHIRE, 1997, p. 103).

Portanto, isso não só se desdobra nas relações sociais, mas gera o sentido do masculino como conhecimento positivo, objetivo, verificável e, portanto, única fonte legítima de conhecimento da realidade ao longo de toda a História:

[...] tal sistema tem considerado a Razão como algo de maior valor, porque é elevada, mental, ordenada, moderada, controlada, objetiva – todos fatos positivos, associados a ideias, a masculinidade [...]” (WILSHIRE, 1997, p. 102).

Assim, tanto Beauvoir (1970) quanto Wilshire (1997), seguindo o horizonte da crítica feminista, pontuam o caráter masculinista desde a filosofia de Aristóteles na Antiguidade Clássica. E com a instauração das religiões cristãs e seu papel político de formação das civilizações ao longo da Idade Média, na transição das crenças pagãs para o Cristianismo, a mulher continuou sendo associada à matéria, ao corpo, ao emocional e descontrolado, ao oposto da Razão. Essa ordem se perpetua entre os cristãos “considerando o corpo feminino mais especialmente pecaminoso, culpando Eva (e todas as mulheres subsequentes) pela queda do Homem, pelo Pecado Original e tudo mais” (WILSHIRE, 1997, p. 103).

Essa ordem masculina se consolida quando a racionalidade científica passa a modelar ainda mais o conhecimento ao longo da Idade Moderna, com os princípios



iluministas e os resgates da intelectualidade renascentista reforçando a oposição da razão contra a emoção desenvolvida desde Aristóteles. Já na passagem da Modernidade para a Contemporaneidade, entre os séculos XVIII e XIX, a exclusão e o silenciamento de mulheres nas decisões e transformações sociais se materializam nas revoluções burguesas, na industrialização e urbanização. Essa realidade fortalece a divisão do trabalho entre os gêneros, que reforça a reclusão da mulher ao espaço privado, doméstico, destinado à família e à maternidade, com a falta de acesso delas à educação, ao mercado de trabalho, ao voto e à participação política.

Portanto, a imposição da vida doméstica à mulher, frente à dominação dos homens na vida pública, nas decisões e transformações políticas, atenuam o silenciamento das experiências femininas em contextos de guerras e conflitos políticos da História, como ocorre no caso do Cangaço. Essa problemática é apontada na obra “A guerra não tem rosto de mulher”, de Svetlana Aleksievitch (2016), dedicada a inserir na História essas experiências de mulheres excluídas dos registros oficiais, de modo a completar a memória desse evento tão importante, com o registro de parte fundamental dessa história que foi a “guerra feminina”:

Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma ‘voz masculina’. Somos todos prisioneiros de representações e sensações ‘masculinas da guerra’. [...] Já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Até as que estiveram no front estão caladas. Se de repente começam a lembrar, contam não a guerra ‘feminina’, mas a ‘masculina’. [...] E só em casa, ou depois de derramar alguma lágrima junto às amigas do front, elas começaram a falar de sua guerra, que eu desconhecia. Não só eu, todos nós (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12).

Essa problemática ocorre de forma semelhante no caso do Cangaço brasileiro, a partir da proposta de Negreiros (2018), de recuperar a visibilidade das mulheres cangaceiras que, tal como as soviéticas na Segunda Guerra Mundial, também tiveram participação ativa nos bandos e nos seus “campos de guerra”. No entanto, continuaram sendo silenciadas ou tiveram seus relatos distorcidos. Embora elas não tenham sido consideradas fontes legítimas e confiáveis de registro do Cangaço, a imagem dessas mulheres associadas a guerreiras rebeldes — associada a um desvio de norma — foi posteriormente espetacularizada pela imprensa e pela indústria cultural:



Os jornais dos anos 1930, apressados em narrar as crueldades e ações espetaculares do Jaguar do Nordeste [um dos apelidos de Lampião], não consideravam a existência de sua esposa digna de pauta. A memória da Rainha do Cangaço na imprensa da época é imprecisa, precária e fantasiosa. [...] A lacuna de informações sobre a vida não apenas dela, mas também dos outros cerca de quarenta jovens do bando — bem como as entrevistas em que repórteres ávidos por boas manchetes estimulavam o espírito inventivo de suas fontes, notadamente ex-cangaceiros —, contribuiu para que se criasse a fantasia de uma impetuosa guerreira [...] Essa versão romântica e justiceira de Maria Bonita, rapidamente apropriada pela indústria cultural, tornou-se um produto de forte apelo comercial [...] (NEGREIROS, 2018, p. 7).

Dessa maneira, o silêncio sobre as próprias vozes das mulheres cangaceiras não deixa um vazio a ser preenchido, mas é substituído por representações distorcidas, que sustentam práticas de violência, abuso e subordinação dessas mulheres. E, portanto, favorecem versões que consolidam a ordem masculina na construção do conhecimento e da memória social. Cabe, então, nos atentarmos ainda para as motivações e os efeitos políticos e sociais que acompanham essas práticas de silêncio da experiência de mulheres, e especialmente nas condições específicas de mulheres negras ou mestiças — que correspondem às cangaceiras. Nesse sentido, Audre Lorde (1984) demonstra os significados do silêncio de mulheres negras em seu discurso “A transformação do silêncio em linguagem e ação”. A autora destaca a “distorção de visão” gerada pelas diferenças raciais, em que “mulheres negras tem de um lado sido altamente visíveis, e por outro lado, têm se tornado invisíveis pela despersonalização do racismo” (LORDE, 1984, p. 42).

Assim, Lorde destaca a visibilidade que, ao gerar tais visões distorcidas, torna as mulheres “mais vulneráveis”, mas que também pode ser sua “maior força”, à proporção que mulheres negras quebrem esse silêncio motivado pelo “medo da censura” e da “aniquilação” (LORDE, 1984, p. 42). Ela propõe, então, a transformação do silêncio em linguagem como uma retomada de poder, uma vez que mulheres possam se apropriar da sua própria linguagem e expressão, dando lugar a uma narrativa dominante que historicamente as distorceu, anulando sua existência. Com isso, nos direcionamos a discutir algumas origens e efeitos dessas exclusões e



silenciamentos das mulheres cangaceiras, a partir de suas particularidades afetadas pelo colonialismo e diversas opressões de raça e classe.

### **A deslegitimação da experiência e do conhecimento feminino no cenário do sul global e do Brasil, com distinções de raça e classe**

Ao olharmos especialmente para o mundo ocidental dominado pelos modelos eurocêntricos e pelo colonialismo sobre as nações do sul, encontramos intensas formas de anular e apagar os rastros de existência de mulheres negras, indígenas e de distintas identidades. Isso porque a produção historiográfica se sustenta em bases ideológicas e científicas que privilegiam uma visão não só masculina, mas também, e fundamentalmente, branca. Como demonstra Lélia Gonzalez (2020), ao contextualizar o colonialismo europeu sobre as sociedades da América Latina no século XIX:

[...] tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição etnocêntrica pré-colonialista (século XV — século XIX) que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas, as manifestações culturais dos povos ‘selvagens’ (Leclerc, 1972). [...] No decurso da segunda metade do século XIX, a Europa transformaria tudo isso numa tarefa de explicação racional dos (a partir de então) ‘costumes primitivos’, numa questão de racionalidade administrativa de suas colônias. Agora, em face da resistência dos colonizados, a violência assumirá novos contornos, mais sofisticados; chegando, às vezes, a não parecer violência, mas ‘verdadeira superioridade’ (GONZALEZ, 2020, p. 174).

Portanto, nesse olhar, todas as etnias, raças e identidades consideradas “diferentes” (ainda que sejam os povos originários das nações colonizadas) são julgadas inferiores, e, portanto, excluídas e apagadas dos relatos históricos e da memória coletiva. No caso do Brasil, a crença de divisão racial que sustenta as relações, desde a escravidão, de pessoas negras, se dá por um racismo complexo e específico, que Gonzalez (2020, p. 175, grifo da autora) classifica como “racismo disfarçado” ou “racismo por *denegação*”, que pode gerar “uma forma mais eficaz de alienação dos discriminados” do que outras formas de racismo mais escancaradas, tais como a segregação racial na África do Sul, conforme exemplifica a autora. De forma distinta e bem específica, a autora destaca que o “racismo à brasileira” é velado e negado por



quem o pratica, sob o mito de “democracia racial” (ou, como tornou-se popular no senso comum brasileiro, as falas de que “não existe racismo no Brasil” e de que “somos todos iguais”).

É justamente por sua profundidade e naturalização que esse racismo forma efetivamente a estrutura social do Brasil, tornando-se parte fundamental dos valores mais simbólicos e internalizados que regem a organização da sociedade. Por isso, “o racismo por *denegação*” (GONZALEZ, 2020, p.175) demonstra ser uma das origens e causas fundamentais que sustentam o silenciamento histórico dessas identidades afro-latinas, causado pela dominação branca e masculina. Enquanto forma de racismo que atua no âmbito da idealização, do imaginário coletivo, da negação, do simbolismo, nos parece evidente que as práticas de apagamento, de silenciamento ou distorção na História são instrumentos potentes desse tipo de racismo e sexismo.

Nesse sentido, Gonzalez (2020) demarca como tais distorções históricas, estereótipos e fantasias acerca dos povos negros foram produzidas, de maneiras específicas, em relação às mulheres negras. Com relação às mulheres escravizadas dentro da casagrande (como mucamas) e as que se dedicavam ao trabalho fora dela (nas plantações e produções agrícolas dos senhores), a autora destaca que “em ambas as situações, coube-lhe a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativo” (GONZALEZ, 2020, p. 63). Com isso, o acúmulo de opressões que observamos como no caso das mulheres negras levava à carga excessiva de papéis de cuidado e submissão com a própria família, e, sobretudo, à família dos seus senhores (ou às patroas e patrões, no pós-escravidão).

O apagamento da experiência dessas mulheres surge desde o início da miscigenação no Brasil, que é utilizada como justificativa para o mito da “democracia racial”, mas na verdade se deve a um “resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.)” (GONZALEZ, 2020, p. 59). A autora também aponta o papel quase desconhecido da “mãe preta” (figura da mucama que educava os filhos dos senhores) e suas contribuições na formação das crianças, a partir das histórias folclóricas de origens afrobrasileiras, tornando-se um pilar importante na difusão das tradições culturais



negras no Brasil. No entanto, conforme critica a autora, seu papel foi novamente disfarçado e acobertado sob o véu da “democracia racial” ou da passividade negra. Ao contrário dessa conotação, Gonzalez observa:

Mais precisamente, coube à mãe preta, enquanto sujeito-suposto-saber, a africanização do português falado no Brasil (o ‘pretuguês’, como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira. [...] já se pode perceber a profunda importância do papel da mulher negra em nossa sociedade e como o estudo desse tema assume um valor de tal ordem que acaba por revelar certos aspectos da nossa realidade cultural de que muitos pesquisadores nem sequer desconfiam (GONZALEZ, 2020, p.65).

No contexto da urbanização do Brasil, após a abolição da escravatura, o país se organizava com base na divisão racial do trabalho e dos espaços urbanos, que concentrava a população negra em uma “localização periférica”, no “Brasil subdesenvolvido” (GONZALEZ, 2020, p. 38). Esse processo perpetuou o racismo “enquanto articulação ideológica e um conjunto de práticas”, com “eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas” (GONZALEZ, 2020, p. 38). Esse cenário trouxe desafios ainda mais graves para mulheres negras. Diferentemente das mulheres brancas e de classes privilegiadas, que estavam presas aos afazeres domésticos, a mulher negra “era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e suas obrigações familiares”, sendo ainda responsável pelo “sustento moral” de sua comunidade e da família nos períodos seguintes à abolição (GONZALEZ, 2020, p. 44).

E a partir da ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, por volta da década de 1950, as mulheres negras também perdem certo espaço: veio a “seleção racial” e a exigência de níveis de escolaridade que não eram acessados por mulheres negras (GONZALEZ, 2020, p. 46). Contexto semelhante a esse também é demarcado por Bell Hooks, sobre o cenário dos EUA, que de certa forma se aplica ao caso do Brasil, na medida em que a autora resgata a naturalização dos serviços domésticos feitos por mulheres negras, por conta da dupla opressão de gênero e de raça:





Enquanto os homens brancos podiam se sentir ameaçados pela competição contra homens negros por bons empregos assalariados e usavam o racismo para excluir os homens negros, mulheres brancas estavam bem dispostas a entregar as tarefas domésticas a empregadas negras. Uma vez que as tarefas domésticas eram vistas como trabalho degradante, é improvável que pessoas brancas estivessem demonstrando favoritismo com as mulheres negras ao proporcionarem a elas esses empregos (HOOKS, 2019, p. 152).

No Brasil, o surgimento do movimento feminista no século XIX ainda não englobava as particularidades das mulheres negras. Ao longo desse período, as lutas por ampliação dos direitos das mulheres eram ainda protagonizadas por mulheres majoritariamente brancas, com condições socioeconômicas para estudar em universidades do exterior ou de serem educadas em casa, bem como atuar na imprensa feminista e em mobilizações acadêmicas (DUARTE, 2019). Por isso, acionando perspectivas feministas decoloniais e interseccionais, destacamos que a tarefa de “enegrecer o feminismo” demonstra esse esforço de situar “a identidade branca e ocidental na formulação feminista”, visando ainda “integrar as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Todas essas variações se tornam ainda mais particulares no contexto das mulheres do Cangaço e do sertão nordestino dos anos 1920. Num ambiente marcado por uma realidade rural, de comunidades que viviam da agricultura de subsistência, ainda não havia qualquer indício de ideais do movimento feminista — que se desenvolvia apenas nos centros urbanos do país (NEGREIROS, 2018). Com isso, ao mesmo tempo em que as mulheres cangaceiras tornaram-se símbolos de rebeldia e liberdade, as tarefas domésticas transcendem para suas funções nos bandos, e a vida fora de casa se choca com outros tipos de abusos masculinos diante da vulnerabilidade de seus corpos (negros ou mestiços).



## **Enquadramentos e narrativas do livro que retrata as mulheres cangaceiras**

Com base nesta fundamentação teórica e no caminho metodológico tomados neste artigo, realizamos uma análise do primeiro capítulo do livro “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço” (NEGREIROS, 2018). A partir da leitura flutuante da obra, seus trechos foram codificados em cada uma das funções de enquadramento propostas por Entman (1993): definição de problema, interpretação de causas, avaliação moral e recomendações de tratamento, sendo que, neste artigo, nos atemos somente às duas primeiras categorias. Assim, focamos especificamente na maneira como o livro problematiza, contextualiza, estabelece conexões e relações de causalidade no fenômeno abordado — sendo esses os procedimentos que consideramos chaves principais da reportagem sobre contextos históricos e suas construções culturais.

### **Definição do problema**

Na tarefa de compreender a realidade das mulheres cangaceiras, para contestar e revisar silenciamentos e distorções históricas sobre elas, a função de enquadramento da definição do problema torna-se um importante e produtivo lugar privilegiado de análise. Nesse ponto, Negreiros (2018, p. 7) verifica as distorções causadas por esse silenciamento das vozes das cangaceiras na imprensa e registros históricos da época, gerando uma “versão romântica e justiceira de Maria Bonita”:

A lacuna de informações sobre a vida não apenas dela, mas também dos outros cerca de quarenta jovens do bando [...] contribuiu para que se criasse a fantasia de uma impetuosa guerreira, hábil amazona do sertão, uma Joana d’Arc da caatinga. Perpetuou-se a falsa ideia de que, no cangaço, homens e mulheres tinham direitos iguais [...] (NEGREIROS, 2018, p. 7).

Esse enquadramento revela a maneira como essa romantização da experiência de mulheres é construída a favor do domínio masculino ao longo da história. Tal como resgata Beauvoir (1970) sobre a adoração de divindades femininas na Antiguidade e nas sociedades primitivas, representações como essas não chegaram a gerar rupturas



significativas na ordem da dominação masculina. Eram figuras frequentemente moldadas e consolidadas por homens, não arriscando a soberania masculina sobre o poder político, sobre a racionalidade e tomada de decisões (BEAUVOIR, 1970). Na mesma esteira dessa predominância das narrativas dos homens, esse enquadramento segue apontando diversas formas de violência, controle e opressão contra mulheres. Por exemplo, ao narrar a relação conjugal de Maria Bonita com o marido, que teve antes de fugir com Lampião, Negreiros (2018) detalha a naturalização de práticas de adultério e agressões contra a esposa:

Naquele crepúsculo da década de 1920, sobretudo no sertão, ciscar fora do terreiro era algo não apenas aceito, como praticamente esperado de um homem. [...] Maria podia passar incontáveis noites longe de casa – muitas vezes depois de enfrentar a fúria do marido que, aborrecido com os protestos da esposa, tentava lhe calar com tapas e socos (NEGREIROS, 2018, p. 11-12).

Nesse sentido, a jornalista narra os casos de violências físicas e sexuais que os cangaceiros, policiais e diversos homens poderosos – sem distinções se eram “fora da lei” ou não – cometiam contra mulheres de maneira cotidiana, naturalizada e sem punições. Tal como narra Negreiros (2018) em várias passagens no terceiro capítulo:

[...] quanto mais resistência por parte das jovens, mais ele [Lampião] se sentia sexualmente atizado. Virgulino tinha prazer intenso em “cobrir uma fêmea”, como se referia ao ato de estuprar uma mulher, enquanto ela chorava. [...] Para uma jovem estuprada por cangaceiro nos anos 1930 no sertão do Nordeste não havia muito a fazer além de maldizer a própria sorte (NEGREIROS, 2018, p. 38-40).

É importante salientar que esses aspectos seriam, tradicionalmente, desconsiderados enquanto pauta jornalística por aparentarem ser questões privadas, íntimas e pessoais, o que provocou historicamente a reclusão e a ocultação da violência contra mulheres. Portanto, ao identificar como problemas o quadro de dominação masculina, que engloba o silenciamento de mulheres; os abusos, agressões e imposições da violência doméstica, nota-se um posicionamento feminista de politização das práticas e relações “íntimas”, que inferiorizam mulheres de maneira estrutural e sistemática na sociedade.



## Interpretação das causas

Nesta categoria, predominam as características culturais que motivavam as práticas opressivas contra mulheres no Cangaço e no sertão daquela época. Assim, as causas identificadas no livro são os costumes, as ideias e papéis sociais construídos culturalmente, que situavam as mulheres numa posição social inferior e à margem dos homens. Nesse sentido, Negreiros (2018) retrata, ao longo do livro, diversas ideias e tradições que corroboram esse ideal de fragilidade feminina. Tais como trechos de anúncios publicitários e da imprensa da época, que reproduziam os papéis a serem exercidos por mulheres, como um anúncio que dizia:

Deixa ao homem a política; nela é preciso mentir, trair, enganar e muitas outras coisas mais, onde não poderás rivalizar com o sexo forte. Votar? Queres fazer o destino do país? Ilusão! Se nem o nosso próprio destino nós pudemos fazer! (NEGREIROS, 2018, p. 15).

Nesse quadro, a reportagem retrata ainda as raízes que sustentavam a dominação masculina exercida por Lampião e pelos cangaceiros sobre as mulheres — assim como dos pais, maridos e homens, que governavam o sertão nos poderes institucionais e militares. A soberania deles era alimentada por crenças sociais, que permitiam seu controle sobre os corpos e escolhas das mulheres, dando respaldo e impunidade a diversos abusos sobre elas, como demonstra Negreiros (2018, p. 21): “observava-se um misto de revolta e admiração envolvendo a figura de Lampião. [...] Quem tivesse suas filhas que as trancasse em casa, porque aqueles demônios, tidos em todo o sertão como violadores de donzelas, estavam à solta”. Ao esmiuçar as regras sociais regidas pela desigualdade de gênero naquela realidade, Negreiros (2018) constrói um retrato contextualizado das condições impostas às mulheres sertanejas, demonstrando como as tradições culturais fortaleciam a vida doméstica e submissa aos maridos como única escolha de vida. E quando essa ordem se desloca para as regras sociais que regiam o Cangaço, o livro demonstra costumes e crenças culturais, que reforçavam o controle dos cangaceiros sobre elas:

No bando, quer tratassem suas mulheres com mesuras, quer as agredissem fisicamente, os cangaceiros as consideravam suas propriedades. O código do cangaço previa que as mulheres deviam



fidelidade e submissão a seus companheiros, sendo permitido a eles, quando se sentissem contrariados, penalizá-las da forma que melhor lhes aprouvesse. Com a morte, inclusive (NEGREIROS, 2018, p. 56).

Com isso, esse enquadramento baseado nas causas e motivações sociais e históricas daquele cenário contextualiza, dentro de um mesmo conjunto cultural, os atos e práticas que violentavam mulheres cangaceiras e ignoravam suas próprias versões da realidade. Essas causas demonstram os desafios vividos por elas ao atravessar, primeiro, os ideais de esposas e domésticas recatadas. E depois, ao entrarem para o bando, lidarem com distintos papéis de subversivas, criminosas, “guerreiras” ou companheiras dos cangaceiros.

### **Considerações finais**

Entre os resultados da análise de enquadramento da mulher cangaceira em passagens do livro-reportagem de Negreiros, reafirmamos que as funções de enquadramento da definição de problemas e de interpretação de causas fornecem ferramentas de análise e verificação de possíveis formas de contextualização jornalística com perspectiva feminista. Ao definir os problemas, predominantemente, sob a temática da dominação masculina e do silenciamento de mulheres, o livro identifica todas as dimensões dessa deslegitimação feminina, desde o campo simbólico (ao desconsiderar as ideias e memórias fornecidas por mulheres) ao campo físico (ao permitir o controle e abuso dos homens sobre os corpos e vidas delas). E ao apontar as causas, esse enquadramento amplo – que articula diversas formas de violência contra mulheres – encontra uma contextualização fundamental das raízes e crenças sociais, demonstrando a forma como fixaram e naturalizaram narrativas romantizadas e distorcidas sobre as cangaceiras.

A partir desta análise, consideramos a importância da representação plural de experiências femininas não de forma isolada, mas sim contextualizadas dentro de registros da História da humanidade. Assim, tornar-se-ia possível estabelecer parâmetros de enquadramento jornalístico que rompam com a dualidade e hierarquia simbólica entre masculino e feminino, de forma a pautar as histórias das mulheres – e



sua dimensão até então reclusa na vida privada – com um sentido político transformador e integral do conhecimento social. Portanto, esse tipo de relato inclui não só pautas feministas, mas inclui uma visão plural da realidade, como defende Wilshire (1997, p. 106): “Muito do que faço pode ser chamado de ‘valorização do feminino’, mas estou realmente procurando tornar plena a experiência ‘humana’ [...]”.

Com isso, acreditamos encontrar na Epistemologia Feminista maneiras de produzir, por meio do jornalismo, novos conhecimentos e composições da memória social acerca da historicidade humana. Abordar a experiência feminina, inclusive como protagonista dos fenômenos históricos, inclui enriquecer a produção de memória e conhecimento com outros aspectos que não eram tradicionalmente apreendidos na esfera pública. A partir dos conceitos propostos, reunimos parâmetros sistematizados para o alcance da diversidade de representações sociais e identitárias na reportagem com viés histórico. A tomada de consciência do jornalismo sobre seu próprio papel na produção simbólica do mundo pode gerar uma noção contextualizada acerca do real, possibilitando refletir sobre as desigualdades sociais e as relações de poder que costumam compor o entorno, as origens e desdobramentos dos fatos.

---

## Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**, Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BARBOSA, Marialva. Comunicação e história: confluências. **Ínterin**, v. 24, n. 2, jul./dez. 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-313.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n.49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <[http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 01 mai. 2022.



DUARTE, Constança Lima. Algumas histórias sobre o feminismo no Brasil: Lutas políticas e teóricas. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-48.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, Oxford, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico (Orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1991.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima, Local: Editora, 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

LORDE, Audre. **The transformation of Silence into Language and Action**. Sister Outsider: Essays and Speeches. Trumansburg, NY: Crossing, 1984. p. 4044.

LÜCKMAN, Ana Paula. **A noção de contexto no jornalismo: uma proposição a partir da Teoria da Complexidade**. 2020. 245 d. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA; Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Encontro Anual da Compós, 18., Porto Alegre, 2019. **Anais eletrônicos** [...] Porto Alegre: COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019a. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos-2019/papers/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero--a-subjetividade-como-estrategia-descolonizadora>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. **Brechas da Narrativa e Profundezas do Cotidiano: micro-história italiana e jornalismo em O olho da rua**, de Eliane Brum. 2020, 253 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

ROCIO, Lais de Mello; HENRIQUES, Rafael Paes. Jornalismo e violência contra mulheres: o livro-reportagem do #MeToo e o sentido político da quebra de silêncio. In: **Líbero**, n. 48, p. 31-50, maio/ago. 2021

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record, Rosas dos Tempos, 1997.





---

★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.